

Atitudes inconseqüentes

RAIMUNDO PESSOA

"As restrições e proibições são multiplicadas pelos Governos. Quando os povos são submetidos em excesso aos Governos, tornam-se cada vez mais pobres.

Quanto maior o número de leis e decretos, mais infratores haverá... Se os Governos forem compreensivos, os povos serão honestos e livres de malícia. Se os Governos forem excessivamente interferentes, haverá constantes violações da lei."

(Lao Tze, 560 a.C.)

Os homens e mulheres eleitos pelo povo brasileiro para escreverem a nova Constituição desenvolveram suas atividades demonstrando uma carência de responsabilidade sobre as conseqüências das posições assumidas. Não parecendo estar conscientes dos resultados que advirão, desprezaram a análise dos fatos que se sucederão à fileira de imposições atiradas sobre os ombros dos que trabalham. O discurso ouvido nas comissões configura-se como uma ameaça à sobrevivência da atual e das futuras gerações.

Na semana passada, graças ao entrelaço com os componentes do chamado Centrão, assistimos finalmente a uma reação contra o primado do radicalismo. Propostas disparatadas, como a da exclusão das empresas de capital estrangeiro das tarefas de distribuir derivados de petróleo e pesquisar e lavrar recursos minerais, começam a ser revistas. Retoma-se o diálogo com os empresários, reconhecendo-se que foram indevidamente punidos com a aprovação da estabilidade de emprego e o pagamento de horas extras em dobro. Essas atitudes representam os primeiros indícios de uma meditação dos constituintes sobre o que estão querendo fazer do País, e a quem pretendem beneficiar.

A alegação de que defendem os interesses dos trabalhadores é falsa. Se, com a estabilidade, visavam a garantir o emprego, nada mais preparavam do que pô-lo em risco para a geração atual e as que ainda vão ingressar no mercado de trabalho.

Torna-se óbvio que, persistindo o disposto no projeto da Comissão de Sistematização a oferta de novos empregos iria reduzir-se drasticamente. Os empresários, nacionais ou estrangeiros, perderiam definitivamente o estímulo para novos investimentos. Possivelmente ocorreria uma fuga do capital, inclusive brasileiro, em busca dos países onde investidores não são tratados como vilões e podem produzir com tranqüilidade.

Cabe à Constituição estabelecer instituições aptas a garantir o bem-estar do povo e os meios para que o País se desenvolva econômica e socialmente. Alcançar esse estágio mediante restrições é impossível.

Quanto ao sistema de governo, trata-se de questão não colocada para os eleitores durante a campanha. Portanto, os políticos não conhecem a vontade popular. Empenharam-se no debate e fizeram prevalecer a tese do parlamentarismo, numa demonstração de exorbitância de poder.

O sistema parlamentarista exige uma estrutura administrativa que o Brasil não possui, pois aqui tudo

se altera nos ministérios e autarquias quando cada Governo toma posse. É a política do clientelismo, do empreguismo, exercida até a exaustão. Como as mudanças no parlamentarismo ocorrem sem data prévia, cada uma das alterações no Governo tenderia a provocar um imenso caos. Seriam substituídos desde o motorista até os escalões superiores de um Ministério, pois os funcionários públicos não são vistos como profissionais de carreira. Os cargos são de confiança.

Se os constituintes tivessem simplesmente mudado o sistema de governo, deveriam ter proposto isso na campanha eleitoral. Não é admissível que, após empossados, venham a colocar como prioridade objetivos calcados em questões ideológicas ou de interesse de cada um. Isso demonstra falta de sensibilidade no trato de assuntos que irão determinar o futuro do País. Agem como o construtor que se preocupa com a cobertura do edifício, antes de pensar na infraestrutura e nas colunas que serão o seu sustentáculo.

Em nome da defesa dos interesses maiores da Nação, pontos realmente fundamentais — educação, saúde — não podem ser considerados com superficialidade, enquanto se acentuam a xenofobia e um sistema de pressões sobre todo e qualquer empresário instalado no País, ameaçando-se a poupança e não se fortalecendo a arrecadação do Estado.

Um País não é muito diferente de uma empresa. Também requer planejamento sólido, metas a atingir, administração responsável. As soluções propostas devem abranger o longo prazo. Como os dirigentes mudam de tempos em tempos, as soluções não podem ser adotadas apenas para atender à conjuntura do momento.

Na hora em que a Assembleia Constituinte foi convocada, vivíamos um momento de grandes expectativas, de tumulto nos debates sobre os rumos do País. Havia esperança de que os constituintes chegassem ao Congresso imbuídos de uma firmeza de posições e opiniões, forjada pelo contato com os eleitores. No entanto transportaram para a Constituinte, e até ampliaram, a situação de incerteza vivida pelo povo.

Esperemos e confiemos em que, no curso dos novos entendimentos e debates, restaure-se um clima de serenidade. E que o plenário final demonstre que sabe em que vota, por que vota e para que vota.